

Convocação do Congresso custou ^{Nacional} Cr\$ 5,9 bilhões e nada decidiu

A convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo presidente Fernando Collor, para a votação do projeto que aumenta a contribuição de empresários e trabalhadores à Previdência Social, custou Cr\$ 5,9 bilhões. Na prática, ela se encerrou quarta-feira, embora formalmente prosiga até o dia 31. Seu valor, pago como extra para deputados e senadores, serviu apenas para que o Governo ouvisse desaforos. Um levantamento do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) sobre o teor dos discursos feitos durante o pe-

ríodo de trabalho extraordinário registrou que, de cada 60 pronunciamentos, apenas dois não continham críticas ao Governo.

"Nunca pensei que fosse tão bom ser oposição", disse Nilson Gibson, costureiro aliado de governos anteriores. Entusiasmado com seu novo papel de oposicionista, Gibson aproveitou a abertura das sessões para fazer discursos contrários ao Governo e ganhar espaço na Voz do Brasil, visando a simpatia dos eleitores aposentados.

O líder do PDS, Victor Faccio-

ni (RS), considerou a convocação feita pelo presidente Fernando Collor "ridícula, inócua e cara". Cada parlamentar recebeu Cr\$ 5,135 milhões ao chegar ao Congresso, devendo embolsar a mesma quantia quando a sessão terminar. Para Faccioni, a assinatura pelo presidente Collor do decreto que transferiu o pagamento dos 147,06 por cento para o ano que vem foi "um ato de agressão contra o Congresso". Ele indagou: "Para que a convocação?"

26 JAN 1992

CORREIO BRAZILIENSE